



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 5 séries	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série	90\$	•	43\$
A 2.ª série	80\$	•	43\$
A 3.ª série	80\$	•	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto de selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Despacho ministerial — Fixa o factor 15 com referência ao conselho de Lamego, cujos prédios rústicos passam a entrar em regime de cadastro geométrico no próximo dia 1 de Junho.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto-lei n.º 36:864 — Atribui carácter de urgência às expropriações por utilidade pública a efectuar pela Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve necessárias à execução das obras de construção da doca de pesca de Olhão (1.ª fase).

Ministério da Economia:

Decreto-lei n.º 36:865 — Determina que todas as despesas a efectuar pelos organismos de coordenação económica sejam obrigatoriamente inscritas em orçamentos privativos a aprovar pelo Ministro — Estabelece certos limites à competência do conselho administrativo de cada um dos organismos para autorizar despesas.

Decreto-lei n.º 36:866 — Determina que o Laboratório Químico Central passe a designar-se Laboratório Químico Agrícola Luís António Rebelo da Silva.

Ministério das Comunicações:

Despacho ministerial — Estabelece normas orientadoras da acção das entidades que tenham de intervir na execução do decreto-lei n.º 36:840 (transgressões às regras de trânsito).

por despacho de 13 do corrente, o factor 15 com referência ao conselho de Lamego, cujos prédios rústicos passam a entrar em regime de cadastro geométrico no próximo dia 1 de Junho.

Ministério das Finanças, 30 de Abril de 1948. — O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos

Decreto-lei n.º 36:864

Necessita a Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve de efectuar com urgência expropriações que permitam o imediato início e a execução dentro do prazo estabelecido no respectivo caderno de encargos das obras para a construção da doca de pesca de Olhão (1.ª fase), recentemente adjudicadas.

Para evitar atrasos no andamento destas obras, integradas na 2.ª fase do plano portuário a que se refere o decreto-lei n.º 33:922, de 5 de Setembro de 1944;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Às expropriações por utilidade pública a efectuar pela Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve necessárias à execução das obras de construção da doca de pesca de Olhão (1.ª fase) é atribuído carácter de urgência, nos termos do artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 17:508, de 25 de Outubro de 1929.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellaria de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição

Despacho

Para execução do disposto nos artigos 21.º e 22.º do decreto-lei n.º 34:456, de 22 de Março de 1945, foi fixado,

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 36:865

O artigo 1.º do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, determina no seu artigo 2.º que os organismos